

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS PREFEITOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - AMEOSC.**

**ATA Nº 01/2023 DE 17 (DEZESSETE) DE FEVEREIRO DE 2023.**

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2023, às 14:00 horas, em segunda convocação, na sala de reunião da sede da AMEOSC localizada na Rua Segundo Anibal Balbinot, nº 189, Bairro Agostini, município de São Miguel do Oeste, SC, realizou-se Assembleia Geral Ordinária da associação, com participação dos representantes municipais de ANCHIETA Prefeito Ivan Canci, BANDEIRANTE Prefeito Celso Biegelmeier, BARRA BONITA Prefeito Agnaldo Derez, BELMONTE Prefeito Jair Antonio Giumbeli, DIONÍSIO CERQUEIRA Prefeito Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves, GUARACIABA Prefeito Vandecir Dorigon, GUARUJÁ DO SUL Prefeito Claudio Junior Weschenfelder e Vice-Prefeito Noé Benetti, IPORÃ DO OESTE Vice Prefeito Valmor Reis, ITAPIRANGA Prefeito Alexandre Gomes Ribas, MONDAÍ Prefeito Valdir Rubert, PARAÍSO Vice Prefeita Silene Berwanger Libero, SANTA HELENA Prefeito Blasio Ivo Hickmann, SÃO JOÃO DO OESTE Prefeito Genésio Anton, SÃO JOSÉ DO CEDRO Prefeito João Luiz de Andrade e TUNÁPOLIS Prefeito Marino Frey. Também participaram da Airton Fontana, Secretário Executivo da AMEOSC, Édina Grasiela Tremea Spironello, Assessora Jurídica da AMEOSC, Marina dos Santos funcionária da AMEOSC (Movimento Econômico) e Roberto Paulo Rambo assessor da AMEOSC para o Movimento Econômico. Dando início à reunião, o Presidente Valdir Rubert saudou a todos, agradeceu a participação dos representantes municipais e apresentou os itens da pauta. Em ato contínuo, o Presidente adentrando no primeiro item da pauta - apresentação sobre o movimento econômico gerado pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHS e Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHS – repassou a palavra a Marina dos Santos, funcionária da entidade designada para atuar no Movimento Econômico, e Roberto Paulo Rambo, assessor de Movimento Econômico, os quais apresentaram o trabalho realizado com vistas a identificar e apurar informações sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHS e Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHS instaladas em municípios que integram a AMEOSC e suas produções. Nesse sentido, foram apontadas PCHS e/ou CGHS em 06 (seis) municípios da AMEOSC, (Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Palma Sola, Paraíso e Princesa), os quais produzem juntos 151.868,575616 MWh, o que representaria a possibilidade de retorno de ICMS equivalente ao movimento econômico de aproximadamente R\$ R\$ 31.289.482,65. Pelos expositores foi pontuado que, até então, nunca havia sido feito esse levantamento e recursos para o retorno do ICMS e que a partir do trabalho realizado estão aptos a pleitear o retorno do ICMS para os referidos municípios da AMEOSC. Também foi informado pelos representantes do setor de que as prioridades elencadas para serem trabalhadas, além do trabalho/estudo referente às PCHs e CGHs, são as empresas dos municípios e a agropecuária. Com relação as empresas informaram que já iniciaram análise de dados e informações lançadas por empresas estabelecidas em municípios associados para um posterior estudo mais detalhado com vistas a identificar algum erro/falha que pudesse estar gerando prejuízo em relação ao retorno do ICMS e, que relativamente ao setor da agropecuário, o trabalho deverá ser realizado pelos servidores municipais de cada ente público que possuem mais informações e conhecimento sobre os produtores rurais e suas movimentações. Após a apresentação, alguns prefeitos discorreram sobre situação envolvendo movimentação de animais, entre produtores, por meio da Guia de Transporte Animal – GTA sem a respectiva Nota Fiscal de Produtor, o que estaria gerando prejuízos ao movimento econômico dos municípios. O assunto foi discutido e colocado em apreciação foi deliberado e aprovado que seja encaminhado expediente a Secretaria de Agricultura do Estado e para a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC solicitando que

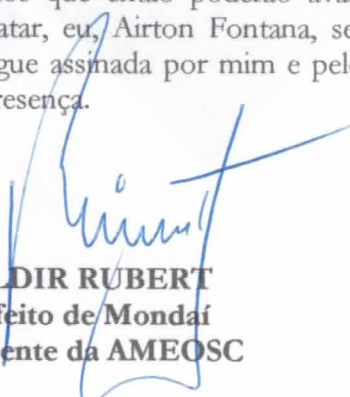


para a movimentação de animais, entre diferentes produtores rurais, seja incentivado e/ou exigida a emissão da correspondente Nota de Produtor Rural. Outra questão levantada pelos prefeitos foi em relação ao retorno do ICMS da Educação, tema recente e bastante minucioso que ainda precisa ser tratado pelos municípios e, nesse sentido, foi levantada a sugestão da realização de capacitação e ou contratação de assessoria com vistas a auxiliar os encaminhamentos necessários nos municípios. Colocada em deliberação, a sugestão foi aprovada, tendo o presidente encaminhado a demanda a Secretaria Executiva da associação para que realize levantamento sobre capacitações e assessorias disponíveis acerca do tema para posterior análise e definição. Próximo tema da pauta foi a deliberação sobre o vale alimentação dos funcionários da AMEOSC e sobre este o Presidente expos que houve a reinvidicação de servidores para que o valor do vale alimentação da associação fosse equiparado ao valor do vale alimentação concedido aos funcionários do CONDER e que o assunto já havia sido deliberado e aprovado no âmbito da Diretoria, trazendo o assunto para ser deliberado também a nível de assembleia. Sobre o assunto houve a manifestação de alguns presentes, tendo sido consenso de que em vista do contexto e encaminhamentos iniciais de sua implantação é viável a equiparação dos valores aos funcionários do CONDER, tendo sido aprovado então que a partir do mês de fevereiro do ano em curso o valor do vale alimentação dos servidores da AMEOSC será igual ao valor do vale alimentação concedido aos servidores do CONDER. Em seguida, o Presidente trouxe a apresentação de proposição para a realização do 2º Congresso de municípios da AMEOSC tendo o assunto sido discutido e deliberado pela aprovação da realização do Congresso, com data a ser definida no mês de agosto, que o evento será realizado durante um dia e que o levantamento de temas a serem tratados no evento serão buscados por uma Comissão instituída para esta finalidade, os quais posteriormente serão analisados. Ato contínuo, deliberou-se sobre a constituição da Comissão para a organização do 2º Congresso de Municípios da AMEOSC à qual será integrada pelos prefeitos Valdir Rubert, Ivan José Canci, Genésio Anton e Blásio Ivo Hickmann. Outro ponto da pauta abordado foi sobre a apresentação do planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pela AMEOSC durante o ano de 2023. Para abordar o tema o Presidente repassou a palavra ao Secretário Executivo Airton Fontana que expos aos presentes o plano estratégico da associação que fora elaborado/aprovado no âmbito da Diretoria. Após a apresentação, houve a deliberação e aprovação do plano estratégico das ações da AMEOSC para o ano de 2023 com a inclusão de ação pertinente aos resíduos sólidos; ampliação da fibra ótica e novas tecnologias ao campo; conclusão da nova sede e aquisição de novo veículo e fortalecer ações na área do meio ambiente a exemplo do projeto plantando água, Implantação dos Objetivos da ODS e estadualização da estrada entre os municípios de Anchieta e Barra Bonita.

Com relação a recolha e destinação de resíduos sólidos/lixo os prefeitos também deliberaram a realização de visitas técnicas para conhecer experiências/programas exitosos realizados em outras regiões e que poderão ser implementadas na região. Dando sequência a reunião, o Presidente destacou o próximo item da pauta, sobre proposições acerca de audiências em Brasília tendo o Presidente exposto sobre a Marcha de Prefeitos a Brasília que acontecerá nos dias 27 e 28 de março e que na oportunidade, se houver interesse e participação dos prefeitos, poderão ser agendadas audiências nos Ministérios Federais com a participação dos prefeitos da AMEOSC com vistas a fortalecer os pleitos regionais. Alguns prefeitos desde já manifestaram que participarão do evento municipalista na Capital Federal e que também seria importante agendar audiência junto ao DINIT com vistas a reivindicar orçamento para a continuidade e conclusão das obras de recuperação/revitalização da BR 163 no trecho do extremoeste catarinense. Após discussão sobre o tema, restou deliberado que os prefeitos que participarão do evento em Brasília repassem essa informação ao Secretário Executivo da AMEOSC para que sejam adotadas as providencias necessárias para o agendamento de reuniões já com a informação dos prefeitos que participarão do



ato. Em seguida o Presidente adentrou no item da pauta pertinente a deliberação sobre encaminhamentos/audiência realizada com o Governo do Estado acerca das Portarias dos convênios de 2022 na qual foi solicitado o prazo de até dia 20 de fevereiro para uma melhor análise e posição do governo. Após discussão do assunto, deliberou-se que seja encaminhado ofício, em nome da AMEOSC, para a Casa Civil do Estado de Santa Catarina solicitando qual será a posição do governo sobre a questão. Como último item da pauta, o Presidente apresentou a proposta de manutenção da cobrança dos custos dos concursos públicos e processos seletivos realizados pela AMEOSC aos municípios associados, durante o ano de 2023, no afã de que os valores arrecadados possam ser utilizados para a efetiva conclusão das obras da nova sede da associação como a construção de muros, cercamento e instalação de elevador, dentre outras necessidades ainda não contempladas com vistas a melhor estética, proteção do local/patrimônio e atendimento das exigências dos órgãos de segurança e troca do veículo da entidade. Nesse sentido, o Presidente destacou que os valores cobrados pela associação para a realização dos processos de seleção compreendem apenas os custos que são suportados com a realização desses serviços e que os valores das inscrições ingressam aos cofres dos municípios. O assunto foi colocado em apreciação e foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes. Nos assuntos gerais foi levantado pelos prefeitos a preocupação com a exigência de que os valores públicos somente possam ser aplicados/movimentados em instituições financeiras oficiais, destacando que estas instituições possuem menores índices de rentabilidade e benefícios em comparativo com instituições cooperativas, bem como que as instituições cooperativas são frequentemente parceiras e patrocinadores de eventos públicos promovidos pelos municípios. Depois dos debates sobre o assunto deliberou-se seja realizada uma agenda com o Tribunal de Contas do Estado para que o assunto seja tratado com aquele órgão. Outra questão suscitada foi sobre o calendário de feiras municipais a serem realizadas pelos municípios que integram a associação, tendo sido apontado que em algumas situações municípios bastante próximos estarão realizando feiras num curto intervalo de tempo de modo que acaba havendo prejuízos para os municípios realizadores dos eventos, expositores e o próprio público alvo. Sobre o assunto restou deliberado então que, dentro do possível, as feiras municipais não sejam realizadas em datas muito próximas, principalmente entre os municípios que possuem maior proximidade territorial e que também cada município informe a Secretaria Executiva da AMEOSC as feiras municipais que serão realizadas neste ano de 2023 e também no ano de 2024 para que seja elaborado um documento contendo estas informações que será levado ao conhecimento dos prefeitos que então poderão avaliar e organizar suas feiras municipais. Não havendo mais nada a tratar, eu, Airton Fontana, secretário “ad hoc”, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por mim e pelo presidente Valdir Rubert, sendo que os demais assinam em lista de presença.



**VALDIR RUBERT**  
Prefeito de Mondai  
Presidente da AMEOSC



**AIRTON FONTANA**  
Secretário Executivo da AMEOSC